

**FÁBIO ALVES**

Colunista do Broadcast e  
do jornal *O Estado de S. Paulo*

**ME ACORDE  
QUANDO EU ESTIVER  
RICO!**

**SOBRE POUPAR E INVESTIR  
EM TEMPOS DE CRISE**



**ALTA BOOKS**  
E D I T O R A

Rio de Janeiro, 2017

# SUMÁRIO

Agradecimentos .....	vii
Prefácio .....	xi
Apresentação .....	xvii
Introdução .....	1
<b>CAPÍTULO 1</b>	
Aposentadoria, o Brinquedo mais Caro . . . . .	9
<b>CAPÍTULO 2</b>	
No Brasil, a Força dos Juros . . . . .	61
<b>CAPÍTULO 3</b>	
Por que comprar se eu posso alugar? . . . . .	107
<b>CAPÍTULO 4</b>	
O primeiro passo para arrumar a bagunça . . . . .	145
<b>CAPÍTULO 5</b>	
Quão Rico é Ser Rico? . . . . .	181
Índice. . . . .	233



CAPÍTULO

# APOSENTADORIA, O BRINQUEDO MAIS CARO

# 1

**Q**uando o presidente Michel Temer enviou a proposta de reforma da Previdência ao Congresso no início de dezembro de 2016, a primeira coisa que me ocorreu foi: “Aposentar, nunca mais!”. Esse, aliás, foi o título de uma coluna que escrevi para o jornal O Estado de S. Paulo, em fevereiro de 2017, quando a tramitação dessa proposta avançava na Câmara dos Deputados. Até então, a grande polêmica do projeto apresentado pelo governo, alvo das manchetes de jornais, revistas e canais de televisão, foi a exigência de 49 anos de contribuição ao INSS – o sistema público de aposentadoria que atende aos trabalhadores do setor privado – para se conseguir o benefício com o valor integral. Mas nem de longe era esse o ponto mais espinhoso e o que mais me preocupava na reforma da Previdência. Tampouco era a fixação da nova idade mínima de aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres. O que mais me chamou a atenção foi a proposta de aumento do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 25 anos, para conseguir se aposentar.

Se, antes dessas mudanças serem apresentadas pelo governo, eu já tinha consciência da necessidade de acumular um patrimônio para financiar meus anos de aposentadoria sem depender dos benefícios pagos pelo sistema público de Previdência, após os detalhes da proposta de reforma, percebi a urgência de eleger como prioridade para minha vida financeira poupar para a aposentadoria. Dentro do meu projeto “Ficar Rico”, a estratégia para a aposentadoria passou a ser o centro e o objetivo final de todas as minhas decisões. Tanto assim que, ao decidir não mais comprar a casa própria e passar apenas a alugar, a lógica por trás dessa decisão foi: o que seria mais vantajoso do ponto de vista de acumulação de patrimônio para a aposentadoria? Igual raciocínio foi aplicado quando passei a considerar uma estratégia sobre em quais aplicações financeiras e em que prazo e horizonte de investimento eu alocaria minha poupança, sobre o que pretendo discorrer mais adiante neste capítulo. “Ficar Rico” passou a significar viver confortavelmente durante a aposentadoria. Esse período, inclusive, é fator de incerteza, uma vez que ninguém pode prever quando vai morrer, embora possa tomar como parâmetro mais conservador a expectativa média de vida dos brasileiros. Se a idade mínima de aposentadoria for, de fato, elevada para 65 anos, não seria despropositado pensar em 20 anos de aposentadoria para alguém que cultive hábitos saudáveis de alimentação, exercícios físicos e acompanhamento médico frequente. Assim, a estratégia de poupança, de consumo, de gastos fixos básicos e de moradia precisa mirar na acumulação de um patrimônio que permita sustentar um nível de qualidade de vida confortável por, ao menos, 20 anos.

Aliás, um executivo que trabalha no setor de Previdência Privada me disse que a aposentaria seria o produto mais caro que eu compraria na minha vida. Isso certamente soou mais verdadeiro depois que o governo quis aumentar o tempo mínimo de contribuição ao INSS para 25 anos. Eu, por exemplo, morei 12 anos da minha vida economicamente ativa no exterior (em Nova York e em Londres) e, por culpa exclusivamente minha, não contribuí para a Previdência Social como autônomo. Com a aprovação das mudanças propostas pelo governo, eu teria de trabalhar, no mínimo, 37 anos para cumprir o tempo mínimo de contribuição. Todavia, com as transformações estruturais do mercado de trabalho nas últimas duas décadas, marcadas por um número crescente de pessoas que trabalham por conta própria, quem consegue permanecer 25 anos ininterruptos no mesmo emprego com carteira assinada e recebendo todos os benefícios trabalhistas e previdenciários? As sucessivas crises econômicas no Brasil e no mundo deixaram milhares de trabalhadores desempregados nos últimos anos, ou, no mínimo, as pessoas oscilaram entre empregos formais e informais com maior frequência. E quem resolveu sair do mercado de trabalho para estudar e conseguir uma melhor qualificação? Tudo isso fez com que muita gente deixasse de contribuir para a Previdência por determinado período.

A transformação estrutural do mercado de trabalho não se resume apenas ao Brasil. Um artigo no jornal americano *The New York Times*, publicado em fevereiro de 2017, mostrou a situação de vários cidadãos europeus em cons-

tante busca por um emprego permanente. Isso porque, após a zona do euro ter saído da crise financeira mundial de 2008, quando a economia da região desabou em uma recessão profunda e milhões de pessoas foram demitidas, as empresas europeias voltaram a contratar apenas mão de obra temporária. Ville Markus Kieloniemi, um dos citados na matéria, só conseguiu trabalhos temporários ao longo de três anos, após ter se formado em duas graduações (em Contabilidade e em Finanças). E, mesmo assim, foram empregos fora da sua área de formação, trabalhando como recepcionista em um hotel e como vendedor em uma loja de roupas masculinas. Foram oito empregos em três anos para esse finlandês de 23 anos. Não é difícil concluir, portanto, que as crises econômicas recentes ao redor do mundo parecem ter transformado as vagas de trabalho formais – com todos os benefícios trabalhistas e previdenciários – em um produto de um passado remoto.

O meu receio em relação ao aumento do tempo mínimo de contribuição é maior quando vejo o que aconteceu na Colômbia, onde a população enfrenta um processo parecido de envelhecimento e a informalidade do mercado de trabalho é elevada. Em 2003, os colombianos elevaram o tempo mínimo de contribuição pelo sistema público de 1.000 semanas (pouco mais de 19 anos) para 1.300 semanas (25 anos), estabelecendo uma idade mínima de 57 anos para mulheres e 62 anos para homens. No sistema privado, a exigência é de 1.150 semanas (pouco mais de 22 anos) para uma aposentadoria equivalente a um salário mínimo, mas não há tempo mínimo exigido se o partici-

pante tiver poupado na sua conta individual uma quantia necessária para garantir uma renda vitalícia equivalente a 110% do salário mínimo, o que equivale a quase 90% do salário médio naquele país.

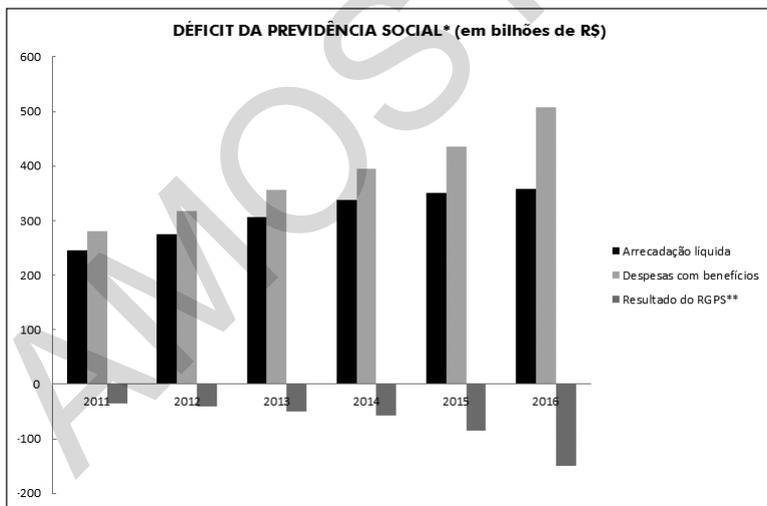
Um estudo publicado em setembro de 2015 pela *Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo* (Fedesarrollo) e pela *Fundación Saldarriaga Concha* mostrou que, em razão do crescimento da informalidade no mercado de trabalho e do acelerado processo de envelhecimento da população, os colombianos conseguem atingir, em média, apenas 15 anos de contribuição. Os dados desse levantamento indicam que a informalidade atinge 48,2% dos trabalhadores colombianos, mas esse percentual é de impressionantes 81% das pessoas acima de 50 anos. Ou seja, um enorme contingente da população não tem emprego formal (trabalha por conta própria ou não tem carteira assinada) com benefícios trabalhistas e previdenciários.

Resultado: atualmente, dos 5,2 milhões de adultos com mais de 60 anos, cerca de 3,5 milhões não recebem aposentadoria do sistema previdenciário na Colômbia. Ou seja, cerca de dois em cada três colombianos em idade de se aposentar se encontram sem cobertura. Não é à toa que 77,2% dos adultos acima de 60 anos não recebem qualquer tipo de renda, e ficam inteiramente dependentes dos familiares para sobreviver, segundo o estudo da *Fedesarrollo* e da *Fundación Saldarriaga Concha*. E quem mais sofre para conseguir contribuir com o sistema previdenciário colombiano é a população com menor nível de escolaridade.

dade e de salário. Segundo o estudo, mais de 60% dos trabalhadores com salários mais altos conseguem contribuir com o sistema previdenciário colombiano, em comparação com somente 15% daqueles com salários mais baixos. Se nada for feito, em termos de estrutura do mercado de trabalho e de educação, levando-se em conta ainda o processo de envelhecimento da população da Colômbia, o estudo alerta que das 15 milhões de pessoas que deverão chegar à idade de se aposentar em 2050, cerca de 12 milhões (ou quase 85%) não conseguirão receber a aposentadoria em razão de, entre outros motivos, não terem conseguido cumprir o tempo mínimo de contribuição.

A Colômbia e o Brasil têm um perfil populacional e de mercado de trabalho muito parecido. E a experiência colombiana de elevar o tempo mínimo de contribuição para conceder a aposentadoria deveria servir de alerta e também de incentivo para que as pessoas coloquem como prioridade formar uma poupança para quando deixarem de trabalhar. A expectativa de vida na Colômbia é de 76 anos, em comparação com 75,5 anos no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao fim de 2016, cerca de 32,6 milhões de pessoas estavam na informalidade (10,5 milhões com empregos sem carteira assinada no setor privado e 22,1 milhões trabalhando por conta própria), enquanto que 34 milhões de brasileiros tinham emprego com carteira assinada de um total de 90,3 milhões da população ocupada. Em razão da recessão que afetou a economia brasileira em 2015 e 2016, o país perdeu cerca de 2,3 milhões de empregos

com carteira assinada. Ou seja, muita gente passou a não ter condições de pagar as contribuições para a Previdência Social, ficando assim mais distantes do tempo mínimo de 25 anos de contribuição ao INSS que o governo quer exigir. Só para lembrar: o regime previdenciário brasileiro é composto por três pilares: o Regime Geral de Previdência Social (sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado e com contribuição obrigatória para os empregos com carteira assinada); o regime próprio de Previdência Social dos funcionários públicos; e a Previdência Privada complementar (dividida entre os planos abertos oferecidos por seguradoras e bancos e os fundos fechados de pensão, ambos facultativos).



**FONTE:** Fluxo de caixa do INSS, informar/DATAPREV

\*\* Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

Há, inclusive, a discussão sobre se, diante da transformação estrutural do mercado de trabalho, com jovens

abrindo seu negócio ou trabalhando por conta própria ao se formarem no curso superior, uma vez que não encontram emprego com carteira assinada com todos os benefícios trabalhistas e previdenciários, não seria mais vantajoso deixar de pagar o INSS e investir o dinheiro na acumulação de um patrimônio para financiar a sua aposentadoria. Eu não recomendaria ignorar a Previdência Social, uma vez que o benefício pago pelo INSS é vitalício. Uma renda vitalícia requer um tremendo esforço de acumulação de patrimônio. Por outro lado, a aposentadoria paga pelo governo deveria passar a ser vista apenas como uma parcela menor da sua renda ao se aposentar, com a maior parte da sua receita mensal vinda dos recursos poupados por si próprio ao longo da vida.

Talvez, agora que a proposta de reforma da Previdência Social já é de conhecimento público, os brasileiros passem a se preocupar mais em relação ao futuro e comecem a planejar a poupança para representar a maior parte – e não apenas um complemento – da aposentadoria. Por enquanto, o conhecimento sobre as mudanças propostas e sobre a Previdência como um todo é baixo. Isso ficou evidente na pesquisa feita entre julho e agosto de 2016 pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), ouvindo 1.500 pessoas com mais de 23 anos, de todas as classes sociais e em todas as regiões do País. Conforme o levantamento, apenas 11% dos pesquisados declararam saber muito ou o suficiente sobre o sistema público de aposentadoria. Mais ainda: 86% responderam que sabem pouco, não sabem nada ou desconhecem com-

pletamente o assunto. Apesar de a pesquisa ter sido feita apenas quatro meses antes de o governo enviar o projeto de reforma da Previdência ao Congresso, detalhando na imprensa as mudanças propostas, 44% das pessoas ouvidas responderam não ter conhecimento das discussões sobre a reforma.

Engana-se, porém, quem acredita que a falta de conhecimento geral sobre a Previdência – e não apenas sobre os detalhes da reforma – atinge apenas os cidadãos de renda mais baixa ou de menor escolaridade. Foi o que mostrou uma pesquisa feita em fevereiro de 2016 com 303 profissionais de Recursos Humanos e de departamentos financeiros de empresas com faturamento entre R\$100 milhões e R\$500 milhões, e também com 122 representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores. A pesquisa, encomendada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e realizada pela empresa de pesquisa TNS Global, mostrou que 30% dos profissionais ouvidos nas empresas declararam conhecer apenas “um pouco” do regime geral da Previdência Social, sendo que 41% disseram conhecer bem, 21% responderam “muito bem”, 6% disseram “já ouviu falar” e 2% “nunca ouviram falar”. Nos sindicatos, 40% dos pesquisados disseram conhecer “um pouco”, 12% responderam conhecer “muito bem”, 30% declararam conhecer “bem”, 14% responderam “já ouviu falar” e 3% “nunca ouviram falar”.

Haveria um motivo cultural para os brasileiros mostrarem tão pouco conhecimento sobre a Previdência Social? Na realidade, essa atitude de atribuir, na vida financeira, uma prioridade mais baixa à aposentadoria é um comportamento observado em quase todas as sociedades. Ao longo da vida, as pessoas priorizam o consumo imediato – gastando boa parte de sua renda – e não se preocupam tanto em poupar para o futuro ou, ao menos, acumular uma reserva de emergência para o presente. Uma pesquisa feita em 2016 pela seguradora Zurich, em parceria com a Universidade de Oxford, mostrou que uma parcela grande da população subestima os riscos de lhes acontecer algum evento que leve à perda de renda. O levantamento ouviu mais de 11 mil pessoas na Alemanha, Reino Unido, México, Estados Unidos, Itália, Espanha, Hong Kong, Suíça, Malásia, Austrália e Brasil. Em média, 38% dos entrevistados nesses países disseram acreditar que existe menos de 10% de chance de um evento inesperado, como doença ou acidente, interromper a sua capacidade de trabalhar e, portanto, de gerar renda. Segundo os dados dessa pesquisa, a probabilidade de um evento que resulte em incapacidade de gerar renda ao longo da vida de uma pessoa está em torno de 25%. Os brasileiros são ainda mais céticos quanto a esse risco: 41% dos entrevistados no Brasil disseram que há menos de 10% de chance de um evento inesperado ocorrer impedindo a geração de renda. A pesquisa também mostrou a precariedade financeira dos brasileiros: 28% dos entrevistados (quase um a cada três brasileiros) disseram que suas reservas financeiras não eram suficien-

tes para sustentá-los por um mês inteiro caso perdessem a renda, via emprego ou qualquer outra fonte.

Um indicador calculado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), a partir de janeiro de 2017, reforça essa percepção do despreparo do brasileiro com suas finanças. O Indicador de Reservas Financeiras mostrou que, em janeiro, 62% dos brasileiros não guardavam dinheiro nem possuíam reservas financeiras. O levantamento foi feito com 801 pessoas com idade acima de 18 anos em 12 capitais do país, de ambos os sexos e de todas as classes sociais. Uma parcela de 29% dos entrevistados disse guardar apenas o que sobra do orçamento mensal, e apenas 7% responderam que estabelecem um valor fixo todo mês para formar uma poupança. Entre esses poupadores, o valor médio poupado é de R\$480,851 por mês. A proporção de poupadores nas classes A e B (58%) supera de longe a das classes C, D e E (30%). Em dezembro de 2016, 75% dos pesquisados afirmaram não ter conseguido guardar dinheiro.

O fato é que, desde sempre, os brasileiros confiaram que não somente em casos de invalidez, como também na aposentadoria por idade, o governo cobriria em boa parte as suas necessidades financeiras, quer seja em uma situação emergencial (de acidente, por exemplo), quer seja quando eles não mais pudessem participar do mercado de trabalho. Essa é uma situação que, nos últimos anos, tem se tornado mais difícil: o governo vem promovendo refor-

mas para dificultar a concessão de pensões, visando controlar o deficit da Previdência Social. Em 2016, esse deficit bateu recorde histórico: R\$149,7 bilhões, um aumento de 74,5% em comparação com o rombo registrado em 2015. Essa é, de fato, uma trajetória insustentável. Se nada for feito, o governo terá muita dificuldade para honrar os pagamentos dos benefícios no futuro. Na reforma enviada ao Congresso, o governo quer reduzir o valor das aposentadorias, fixando uma taxa de reposição (valor do benefício em relação ao salário) de 76% para quem alcançar a idade mínima de 65 anos e cumprir com a exigência de 25 anos de contribuição. Atualmente, para quem se aposenta por tempo de serviço, a taxa de reposição média está em torno de 80%. Para quem se aposentou por idade e recebeu o salário mínimo como benefício, a taxa de reposição dessa aposentadoria é de 100%.

Isso tudo me diz que não é mais possível delegar ao governo a responsabilidade de prover a maior parte da minha renda quando eu me aposentar. O sistema previdenciário brasileiro estará solvente e saudável o suficiente para honrar minha aposentadoria nas próximas décadas? O teto dos benefícios pagos cairá mais ainda com as eventuais novas reformas ao longo dos anos? Obviamente, essas são respostas difíceis de se ter neste momento. Ao escolher as estratégias de acumulação de patrimônio para a minha aposentadoria – onde investir minha poupança, o horizonte de tempo das aplicações financeiras, a expectativa de renda ao me aposentar, entre outros fatores –, decidi fixar como um dos parâme-

tros para calcular o esforço de poupança nos próximos anos que o benefício pago pelo INSS, ou seja, a Previdência Social, representaria entre 10% a 15% da minha renda total na aposentadoria, com a esmagadora maioria da receita mensal proveniente do meu próprio esforço de acumulação de patrimônio. Essa premissa – a de que o benefício pago pelo governo equivaleria a, no máximo, 15% do valor da minha aposentadoria –, pode ser demasiadamente pessimista para muitos, mas como eu comecei muito tarde a poupar visando a aposentadoria, depois dos 45 anos, achei mais prudente trabalhar com estimativas e premissas mais conservadoras.

Apesar do meu sentimento de culpa e de remorso por não ter sido mais precavido e poupado ao longo da minha vida, uma pesquisa feita nos Estados Unidos em 2016 pelo site financeiro *Bankrate* mostrou que estou longe de ser o único a ter esse sentimento: não ter começado a poupar cedo o suficiente para a aposentadoria é o maior arrependimento financeiro dos americanos, com 18% das respostas. Essa foi a resposta de 27% dos entrevistados com mais de 65 anos, e de apenas 4% das pessoas com idade entre 18 e 29 anos. No Brasil, um levantamento publicado em fevereiro de 2017 pelo SPC Brasil e pela CNDL mostrou que quatro em cada dez jovens brasileiros, entre 18 e 30 anos, não se preparam para a aposentadoria, sendo que, entre mulheres, esse percentual é de 48,2%. Entre as pessoas das classes C, D e E, essa parcela é de 43,6%.

Mas, um dos dados que mais reforçam a percepção de que o meu exemplo – ter começado a poupar para o futuro apenas após os 40 anos de idade – é muito mais comum do que se pensa é a idade da primeira adesão a planos de previdência privada aberta, os chamados PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livre). Na Brasilprev, que liderava o mercado brasileiro de previdência privada no início de 2017, superando R\$200 bilhões em ativos sob gestão, a idade inicial de entrada nesses planos era de 41 anos, e a idade média da base total de clientes era de 49 anos. Obviamente, os planos de previdência complementar abertos, como PGBL e VGBL, não são a única forma de as pessoas pouparem para a aposentadoria, mas, sendo produtos voltados para o longo prazo e para essa finalidade, a idade de entrada registrada pela Brasilprev mostra o quão tarde os brasileiros começam a se preocupar com a vida após deixarem o mercado de trabalho e dependerem de outras fontes de renda que não o salário. Com as discussões sobre a reforma da Previdência – e particularmente depois que o governo enviou ao Congresso esse projeto de mudanças –, o interesse das pessoas por planos de previdência complementar aumentou significativamente. Segundo dados da FenaPrevi, o volume de contribuições captadas pelos planos de previdência privada aberta atingiu R\$11,3 bilhões apenas no mês de novembro de 2016 (às vésperas de o governo enviar a reforma da Previdência ao Congresso), um aumento de 26% em relação a novembro de 2015. No total, a previdência privada aberta contava com mais de 13 milhões de par-